

GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2013

AERT

Partindo de levantamentos realizados no questionário da Autoinspeção, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 19/08/2013 até 23/08/2013, a correição ordinária presencial da 3ª Vara Federal de Niterói, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES

- °1. Atentar para o cumprimento da Meta do CNJ, de julgar mais processos que os distribuídos, mensalmente.
- °2. Buscar o cumprimento da Meta 18 do CNJ, julgar até o final de 2013, os processos de crimes contra a administração pública e de improbidade administrativa distribuídos até 31/12/2011
- °3. Buscar cumprimento à Meta 2, critérios 2009, 2010 e 2012, com 29, 07 e 17 processos, respectivamente.
- °4. Retomar o andamento dos seguintes processos de verificação obrigatória: Ações Populares 0004841-17.2010.4.02.5102 e 0000883-23.2010.4.02.5102 e das Ações de Reintegração/Manutenção de Posse 0000967-53.2012.4.02.5102 e 0000965-83.2012.4.02.5102.
- °5. Providenciar a devolução dos processos que se encontram com carga para Autor, Peritos, Ministério Público Federal, Advocacia Geral da União e Fazenda Nacional, com prazo vencido.
- °6. Retomar o andamento dos 47 processos parados há mais de 30 dias, sendo 5 entre 121 e 180 dias.

RECOMENDAÇÕES - continuação

°7. Priorizar o andamento dos processos conclusos para sentença há mais de 180 dias (105).

°8. Facilitar a identificação dos escaninhos físicos e dos locais virtuais de modo a corresponder de maneira inteligível ao fim a que se destinam.

°9. Promover a revisão dos processos suspensos, cíveis e criminais, apontados no Relatório da Correição, no item Suspensão de Processos Cíveis e Criminais.

°10. Cuidar para que as informações referentes ao tipo de sentença não deixem de ser preenchidas quando de seu lançamento no sistema Apolo

°11. Inserir o tipo de classificação de sentença no cabeçalho ou no rodapé do corpo (físico) da sentença.

Considerando as RECOMENDAÇÕES, encaminhar à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, Relatório das providências implementadas.

ATUAÇÃO DOS JUÍZES (Fevereiro a julho 2013)

Divisão dos processos finais pares e ímpares

- Prejudicado por haver apenas o Juiz Titular em atuação no Juízo

ORGANIZAÇÃO - 19 SERVIDORES

04 analistas
judiciários

10 técnicos
judiciários

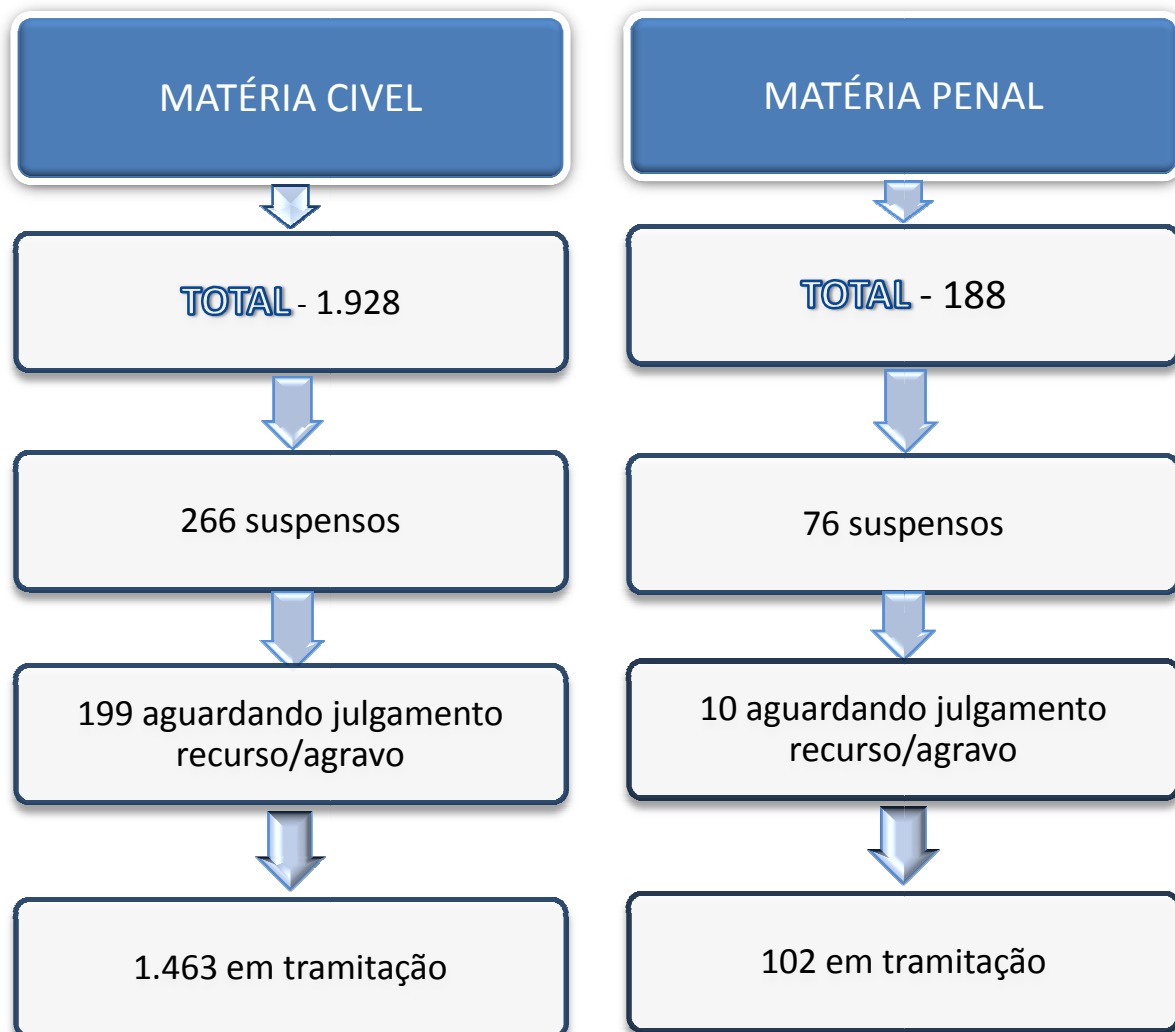
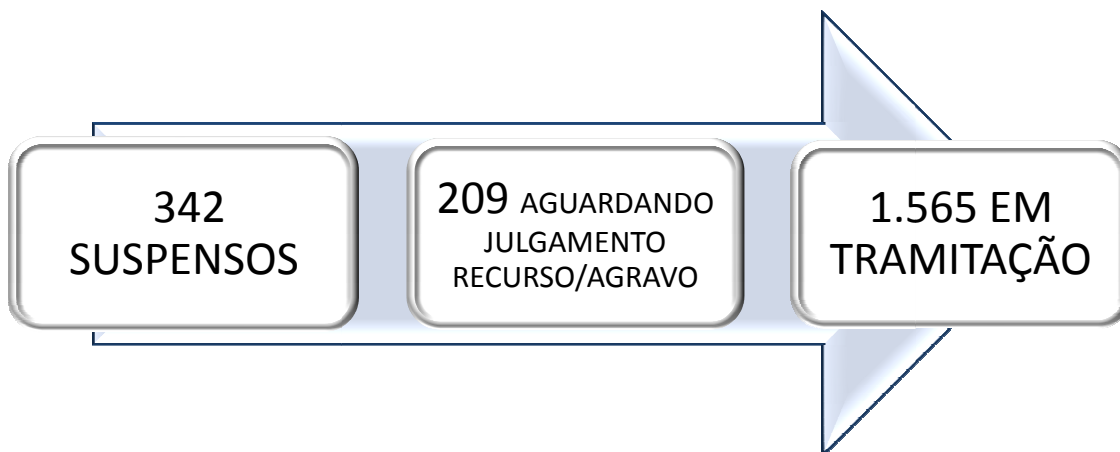
00 auxiliar
judiciário

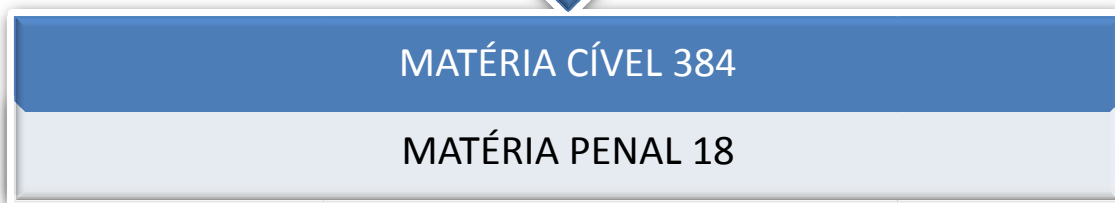
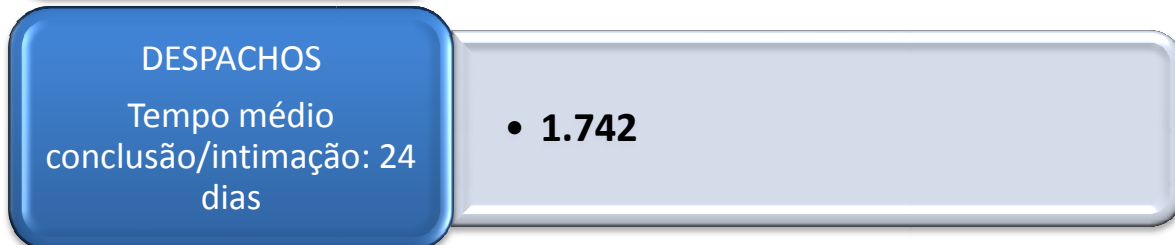
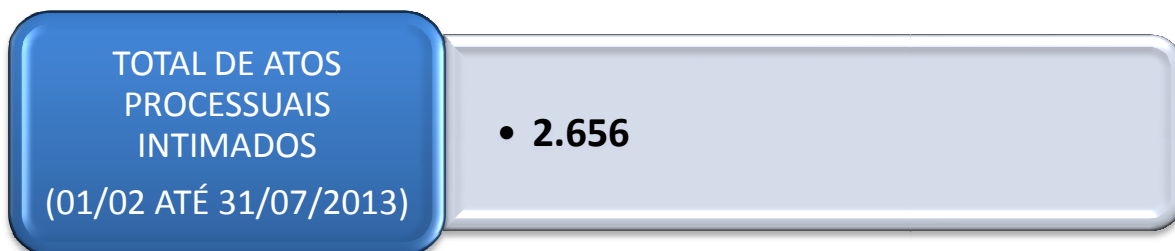
01 cedido pela
Prefeitura

04 estagiários

ACERVO TOTAL (cível e penal)

2.116 PROCESSOS

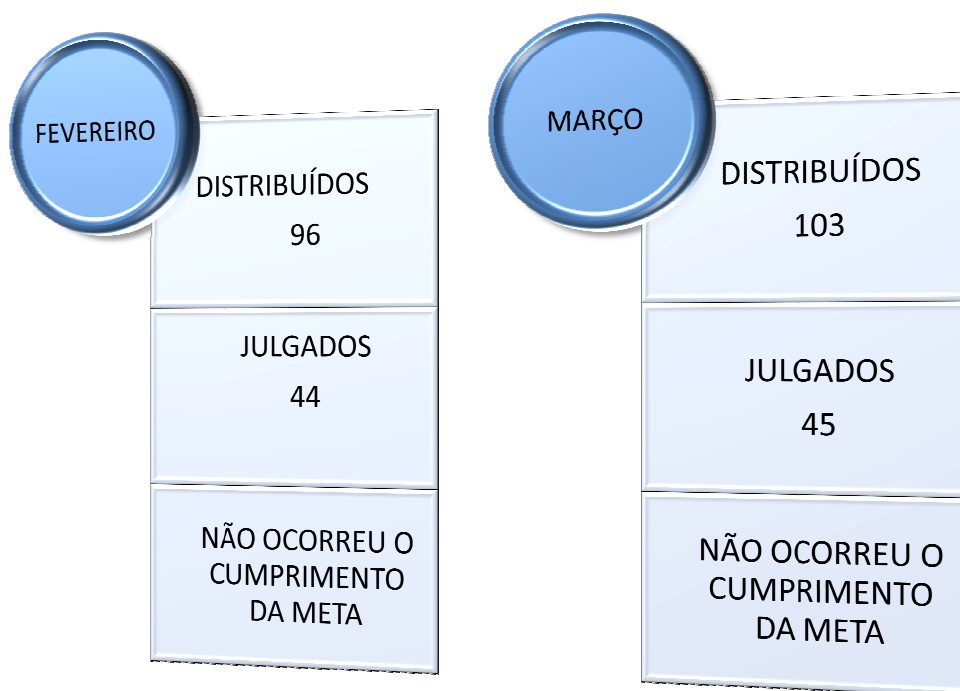


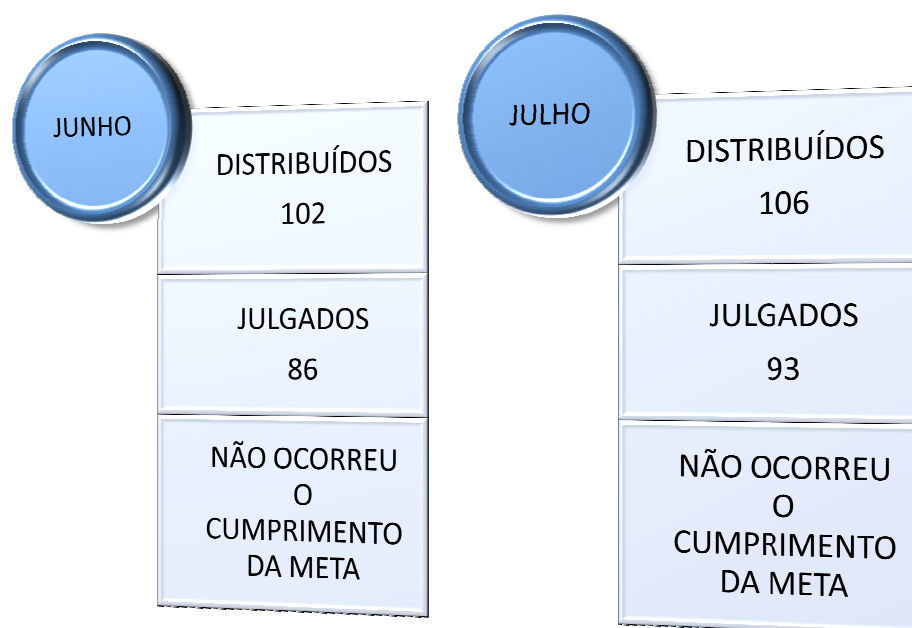
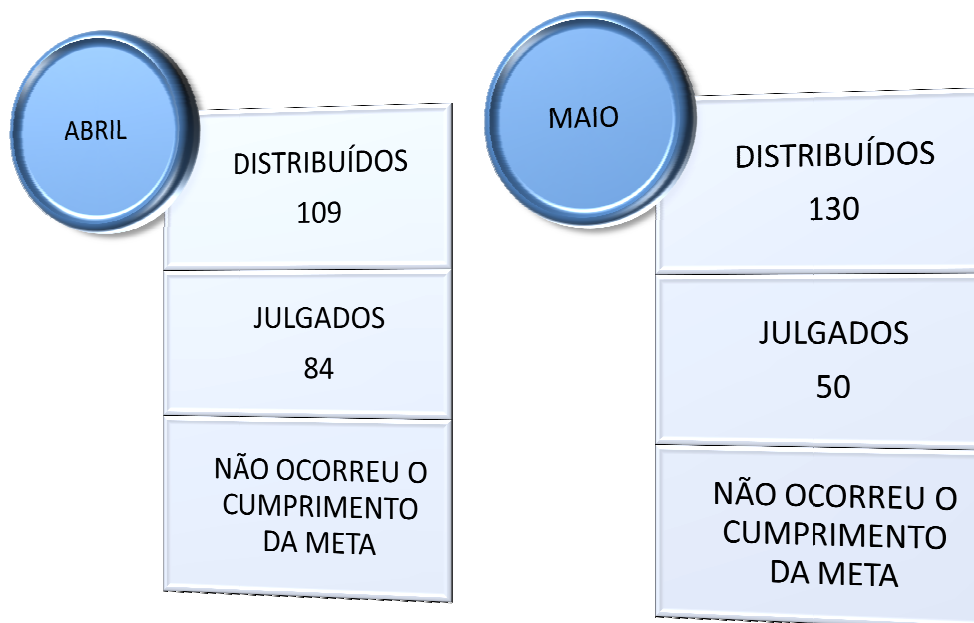


LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Guilherme de Queiroz Vieira, Terezinha de J. P. de Faria e Viviane M. Nielsen

METAS DO CNJ

**I- Julgar mais processos que os distribuídos
(Fevereiro a julho/2013)**





LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Viviane M. Nielsen

II - AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - distribuídas até
31/12/2011 (matéria cível) -

Analisando o Mapa Estatístico de Movimentação Processual, referente ao mês de julho/2013, emitido em 15/08/2013, verificou-se a seguinte situação:

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS

- Total de ações – 02
- Processo nº 0004644-28.2011.4.02.5102 – Atos e Procedimentos Administrativos - Benefício Previdenciário; Intimação de despacho 13/08/2013;
- Processo nº 0004645-13.2011.4.02.5102 – Atos e Procedimentos Administrativos - Benefício Previdenciário; Ato ordinatório/Informação da Secretaria 05/08/2013.
- Ações julgadas - Zero
- Data – fevereiro a julho/2013
- Na análise dos processos, constatou-se o regular andamento.

AÇÕES ORDINÁRIAS

- Total de ações – 03
- Processos nº 0000279-28.2011.4.02.5102 – Atos e Procedimentos Administrativos - Dívida Publica/Cobrança - Servidor Público; Expedir ofício 29/07/2013
- Processo nº 0000550-71.2010.4.02.5102 – Atos e Procedimentos Administrativos - Responsabilidade Civil; Ato ordinatório/Informação da Secretaria 08/08/2013
- Processo nº 0003377-31.2005.4.02.5102 – Atos e Procedimentos Administrativos – Militar; Concluso para despacho 19/08/2013 – Integra a chamada Meta 2 e tramita em Segredo de Justiça
- Ações julgadas – Zero
- Data – Janeiro a julho/2013
- Na análise dos processos, constatou-se o regular andamento.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Terezinha de J. P. de Faria

III -AÇÕES PENAIS RELACIONADAS A CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - distribuídas até 31/12/2011

Total de ações - 09

1) Ações penais sem sentença:

A) 2010.51.02.003912-0: distribuição em 25/11/2010, com denúncia oferecida em 17/05/2013 e recebida em 23/05/2013 para processar e julgar a prática do crime previsto nas alíneas "c" e "d" do parágrafo 1º do artigo 334 do CP, cujo fato ocorreu em 09/01/2009. Consta como último movimento processual, em 16/08/2013, a deliberação judicial para que seja oficiada a 1ª Vara Federal de Niterói. Ademais, cabe aduzir que todos os requisitos para fins de controle de prescrição penal foram atendidos, isto é, há etiqueta de controle de prescrição, assim como certidão nos autos e na contracapa do processo.

B) 2011.51.02.000044-0: distribuição em 20/04/2010, com denúncia oferecida em 17/09/2011 e recebida em 22/09/2011 para processar e julgar a prática do crime previsto nas alíneas "c" e "d" do parágrafo 1º do artigo 334 do CP, cujo fato ocorreu em 20/04/2010. Consta como último movimento processual a certidão do mandado de intimação em 09/08/2013. Ademais, cabe aduzir que todos os requisitos para fins de controle de prescrição penal foram atendidos, isto é, há etiqueta de controle de prescrição, assim como certidão nos autos e na contracapa do processo.

2) Ações Penais com Sentença – último movimento:

A) 2011.51.02.000218-6: distribuição em 18/01/2011, com denúncia oferecida em 14/01/2011 e recebida em 02/03/2011 para processar e julgar a prática do crime previsto nas alíneas "c" e "d" do parágrafo 1º do artigo 334 do CP, cujo fato ocorreu em 11/06/2008. Consta como último movimento processual a remessa e a ciência da sentença de tipo E1 (extintiva de punibilidade) pelo MPF em 14/08/2013. Ademais, cabe aduzir que todos os requisitos para fins de controle de prescrição penal foram atendidos, isto é, há etiqueta de controle de prescrição, assim como certidão nos autos e na contra capa do processo.

B) 2009.51.02.005628-0: distribuição em 01/12/2009, com denúncia oferecida em 07/01/2010 e recebida em 08/01/2010 para processar e julgar a prática do crime previsto nas alíneas "c" e "d" do parágrafo 1º do

artigo 334 do CP, cujo fato ocorreu em 22/10/2009. Consta como último movimento processual, em 16/08/2013, a elaboração de sentença condenatória tipo D1. Ademais, cabe aduzir que todos os requisitos para fins de controle de prescrição penal foram atendidos, isto é, há etiqueta de controle de prescrição, assim como certidão nos autos e na contra capa do processo.

C) 2010.51.02.002008-1: distribuição em 19/08/2011, com denúncia oferecida em 13/07/2010 e recebida em 16/07/2010 para processar e julgar a prática do crime previsto nas alíneas "c" e "d" do parágrafo 1º do artigo 334 do CP, cujo fato ocorreu em 12/02/2010. Consta como último movimento processual, em 16/08/2013, a elaboração de sentença condenatória tipo D1. Ademais, cabe aduzir que todos os requisitos para fins de controle de prescrição penal foram atendidos, isto é, há etiqueta de controle de prescrição, assim como certidão nos autos e na contra capa do processo.

D) 2011.51.02.001301-9: distribuição em 28/04/2011, com denúncia oferecida em 14/09/2011 e recebida em 22/09/2011 para processar e julgar a prática do crime previsto nas alíneas "c" e "d" do parágrafo 1º do artigo 334 do CP, cujo fato ocorreu em 19/02/2008. Consta como último movimento processual, em 08/08/2013, a elaboração de sentença condenatória tipo D1. Ademais, cabe aduzir que todos os requisitos para fins de controle de prescrição penal foram atendidos, isto é, há etiqueta de controle de prescrição, assim como certidão nos autos e na contra capa do processo.

E) 2010.51.02.003562-0: distribuição em 18/11/2010, com denúncia oferecida em 12/11/2010 e recebida em 01/12/2010 para processar e julgar a prática do crime previsto na alínea "c" do parágrafo 1º do artigo 334, na forma do artigo 71, ambos do CP, cujo fato ocorreu em 18/02/2008. Consta como último movimento processual o retorno dos autos pelo TRF em 14/08/2013. Ademais, cabe aduzir que todos os requisitos para fins de controle de prescrição penal foram atendidos, isto é, há etiqueta de controle de prescrição, assim como certidão nos autos e na contra capa do processo.

F) 2010.51.02.004339-1: distribuição em 09/12/2010, com denúncia oferecida em 07/12/2010 e recebida em 22/02/2011 para processar e julgar a prática do crime previsto nas alíneas "c" e "d" do parágrafo 1º do artigo 334 do CP, cujo fato ocorreu em 05/06/2007. Consta como último movimento processual a remessa e a ciência da sentença de tipo E1 (extintiva de punibilidade) pelo MPF em 07/08/2013. Ademais, cabe aduzir que todos os requisitos para fins de controle de prescrição penal foram atendidos, isto é, há etiqueta de controle de prescrição, assim como certidão nos autos e na contra capa do processo.

G) 2008.51.02.004537-0: distribuição em 11/12/2008, com denúncia oferecida em 15/05/2009 e recebida em 19/05/2009 para processar e

julgar a prática do crime previsto nas alíneas "c" e "d" do parágrafo 1º do artigo 334 do CP, cujo fato ocorreu em 19/09/2008. Consta como último movimento processual a juntada de ofício em 16/08/2013. Ademais, cabe aduzir que todos os requisitos para fins de controle de prescrição penal foram atendidos, isto é, há etiqueta de controle de prescrição, assim como certidão nos autos e na contra capa do processo.

Oportuno sublinhar que, nos 09 processos analisados, relativos a crime contra a administração pública, não foram encontradas irregularidades ou o descumprimento das formalidades quanto ao controle de prescrição, segredo de justiça, suspensão e Meta 18 quanto a sua identificação, salvo em relação aos casos a seguir especificados:

1) nos autos físicos dos processos nº 2011.51.02.001301-9, 2009.51.02.005628-0 e 2010.51.02.002008-1 não constam as classificações de sentença, embora essa classificação (sentença condenatória tipo "D1") tenha sido inserida no sistema Apolo em relação a todos eles.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Guilherme de Queiroz Vieira

IV- META 2

CRITÉRIOS 2009- 2010 E 2012

- Foram analisados os feitos constantes do Mapa extraído do Portal de Estatísticas, extraído em 15/08/2013.

Critério 2009

29 Processos

- Nos processos analisados por amostragem, não se constatou irregularidades em suas tramitações.

Critério 2010

07 Processos

- Nos processos analisados por amostragem, não se constatou irregularidades em suas tramitações.

Critério 2012
17 Processos

- Nos processos analisados por amostragem, não se constatou irregularidades em suas tramitações.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Terezinha de J. P. de Faria

PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA MATÉRIA CÍVEL

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referente ao mês de julho/2013, emitidos em 15/08/2013, verificou-se a seguinte situação:

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO: 02

- Não foram encontradas irregularidades na tramitação dos processos.

AÇÃO POPULAR: 10

- Dos processos analisados, por amostragem, deve-se dar especial atenção aos seguintes:
- **1) 0004841-17.2010.4.02.5102 – Atos e Procedimentos Administrativos - Contribuições Previdenciárias - Contribuição Social, Redistribuição em 18/08/2011 - Concluso para sentença 01/08/2012;**
- **2) 0000883-23.2010.4.02.5102 – Atos e Procedimentos Administrativos, Distribuição em 26/03/2010 – Concluso para sentença 05/09/2012.**
- Nos demais processos analisados, não foram encontradas irregularidades na tramitação dos processos.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA:

14

- No Mapa referente ao mês de julho/2013, constavam 04 Ações classificadas na classe 6999 (Ação Civil Pública a Classificar), no entanto, durante o período correicional, foi providenciada pelo Diretor de Secretaria a correção nas classificações das Ações. Cabe ressaltar, que os referidos processos foram verificados e apresentavam correto andamento.
- Nos demais processos analisados, não foram encontradas irregularidades na tramitação.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA:

00

AÇÃO DE USUCAPIÃO:

12

- Não foram encontradas irregularidades na tramitação dos processos.

AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO:

00

**AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE
POSSE:**

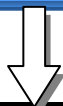
25

- Dos processos analisados, por amostragem, deve-se dar especial atenção aos seguintes:
- 1) 0000967-53.2012.4.02.5102 – Posse/Propriedade de Imóveis: Programa de Arrendamento Residencial - Concluso sentença 05/11/2012;
- 2) 0000965-83.2012.4.02.5102 – Posse/Propriedade de Imóveis: Programa de Arrendamento Residencial; Responsabilidade Civil – Distribuição em 04/05/2012 – Concluso sentença 05/11/2012. Consta minuta de sentença no sistema de 13/08/2013 ainda não assinada.
- Nos demais processos analisados não foram encontradas irregularidades na tramitação

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Terezinha de J. P. de Faria

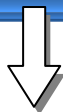
PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA MATÉRIA PENAL

HABEAS CORPUS



De acordo com o mapa estatístico emitido em 15/08/2013 e com informação prestada pela supervisora do setor criminal do órgão correicionado, o único processo de Habeas Corpus em trâmite na vara, de nº 2007.51.02.006606-9, encontra-se no STJ para julgamento de Recurso Especial desde 11/02/2010.

PROCESSOS COM RÉU PRESO



Segundo a supervisora do setor criminal da vara, não há processos com réu preso.

PROCESSOS COM EXPEDIÇÃO DE CARTA DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL



Por amostragem foram verificados os seguintes processos:

- 1) 2008.5102.001751-8: distribuído em 26/05/2013, o processo, conforme certidão emitida no TRF2 em 10/07/2013, transitou em julgado para a acusação em 13/06/2013 e para a defesa em 04/07/2013. A CESP (carta de execução de sentença penal) foi emitida em 23/08/2013, sob o nº CES.0103.000009-9/2013. Cabe acrescentar que há controle de prescrição.
- 2) 2009.5102.005807-0: processo distribuído em 17/12/2009, com recebimento da denúncia em 30/06/2011 para apuração do crime previsto no parágrafo 3º do artigo 171 do CP. Houve trânsito em julgado para a acusação em 15/06/2013 e para a defesa em 24/07/2013. A CESP (carta de execução de sentença penal) foi expedida em 28/08/2013, sob o nº CES.0103.000010-1/2013. Por fim, constata-se que há controle de prescrição.

PROCESSOS COM SENTENÇA CONDENATÓRIA



Por amostragem foram verificados os seguintes processos:

- 1) 2011.51.02.007119-6: processo distribuído em 21/10/2011. Sentença condenatória proferida em 20/08/2013. Observa-se que **não há classificação do tipo de sentença no corpo da deliberação em análise**, mas tão somente no sistema Apolo (sentença condenatória tipo "D1").
- 2) 2008.51.02.000767-7: processo distribuído em 28/02/2008, com recebimento da denúncia em 18/11/2011 para apuração dos crimes previstos nos artigos 171 e 297, na forma do artigo 69 do CP. Sentença condenatória proferida em 19/08/2013. Observa-se que há controle de prescrição. Por outro lado, **não há classificação do tipo de sentença no corpo da deliberação em análise**, mas, tão somente, no sistema Apolo (sentença condenatória tipo "D1").
- 3) 2012.51.02.001319-0: processo distribuído em 25/02/2013, com recebimento da denúncia em 05/06/2012 para apuração do crime previsto no inciso II do

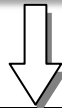
artigo 2º da Lei 8.137/90. Sentença condenatória proferida em 08/04/2013 e publicada em 08/07/2013 com certidão de trânsito em julgado para a acusação em 29/04/2013. Observa-se que há controle de prescrição e de classificação do tipo de sentença no corpo da deliberação no sistema Apolo (sentença condenatória tipo "D1").

PROCESSOS COM REVOGAÇÃO DE ORDEM DE PRISÃO



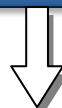
De acordo com informação prestada pela supervisora do setor criminal, não há processos com revogação de ordem de prisão na vara.

EXPEDIÇÃO E ENCAMINHAMENTO DO BIC:



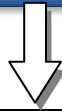
Com base na informação prestada pela supervisora do setor criminal da vara, não há processo com expedição e encaminhamento do BIC.

CONTROLE DE INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO PENAL:



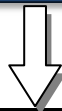
A questão relativa à incidência da prescrição penal foi ventilada nos outros itens atinentes aos processos criminais.

RECOLHIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO A CONTAR DA REVOGAÇÃO:



Conforme informação prestada pela supervisora do setor criminal, não há processos com recolhimento de mandado de prisão.

CARTA PRECATÓRIA PENAL:



Eis os aspectos relevantes, para fins de correição, das cartas precatórias penais em trâmite na vara correicionada:

- 1) 0008305-44.2013.4.02.5102: autuada em 23/07/2013, foi deprecada para que fosse ouvida uma testemunha. O processo tem como último movimento a expedição de mandado em 14/08/2013.
- 2) 0008318-43.2013.4.02.5102: autuada em 08/08/2013, o processo tem como último movimento a deliberação para designação de audiência em 26/09/2013.

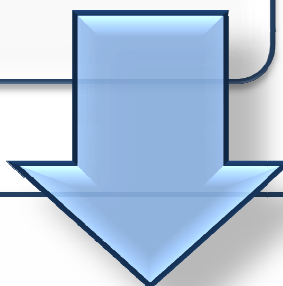
LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Guilherme de Queiroz Vieira

AUDIÊNCIAS

(De Fevereiro a Julho/2013)

DE FEVEREIRO A JULHO DE 2013

- TOTAL - 68 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 19/02/2013 e a última de 28/06/2013



NÚMERO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE

- FEVEREIRO - 18
- MARÇO - 09
- ABRIL - 11
- MAIO - 06
- JUNHO - 24
- JULHO - 00

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Guilherme de Queiroz Vieira, Terezinha de J. P. de Faria e Viviane M. Nielsen

PROCESAMENTO DE FEITOS CÍVEIS ECRIMINAIS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

PROCESSOS COM PEDIDO DE MEDIDAS URGENTES



- Mandado de segurança – 00
- Tutelas antecipadas – 00
- Medidas cautelares – 00
- Tempo para despacho: Por amostragem verificou-se ser a média de 11,57 dias

SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO



- **Inexiste local virtual**
- **O tempo médio é de 6 dias**
- **PREVENÇÃO:**
 - A servidora Marilene é responsável pela análise de prevenção.
 - Do balcão de entrada a servidora seleciona os processos que consta identificação “distribuição por dependência” e faz a análise. Naqueles processos sem essa identificação, o servidor Ricardo, responsável pela análise das iniciais, observa dentre as peças processuais se há termo de informação e, em caso positivo, envia à servidora para análise da prevenção.

- Observando litispendência com autos físicos, a servidora determina a digitalização de peças, se os autos físicos forem de outra Vara, intima as partes para apresentarem as cópias necessárias.
- A análise é feita no máximo em 48 horas.

AGUARDANDO DESPACHO INICIAL

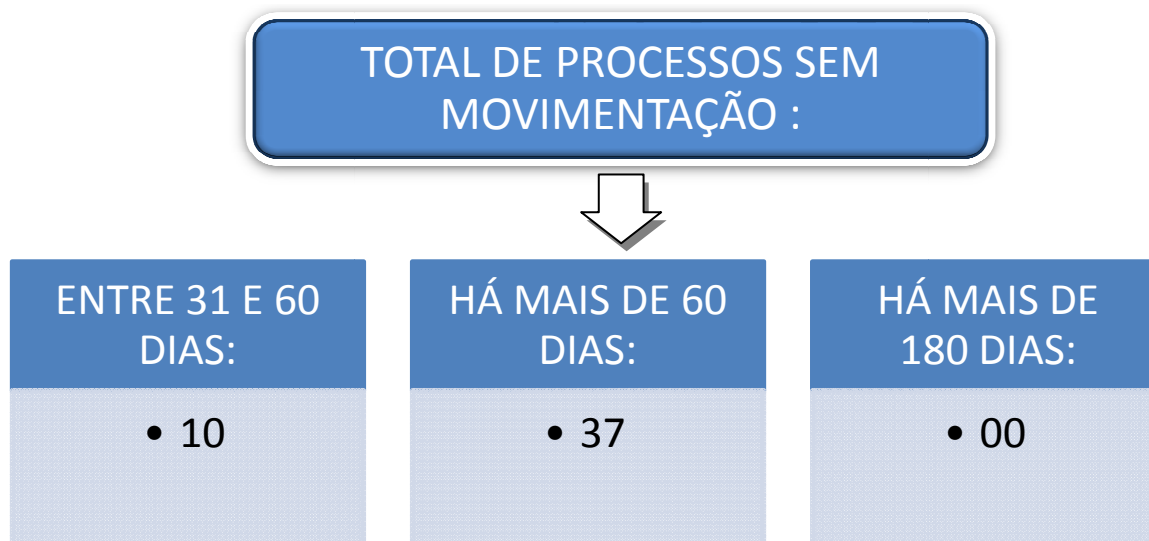
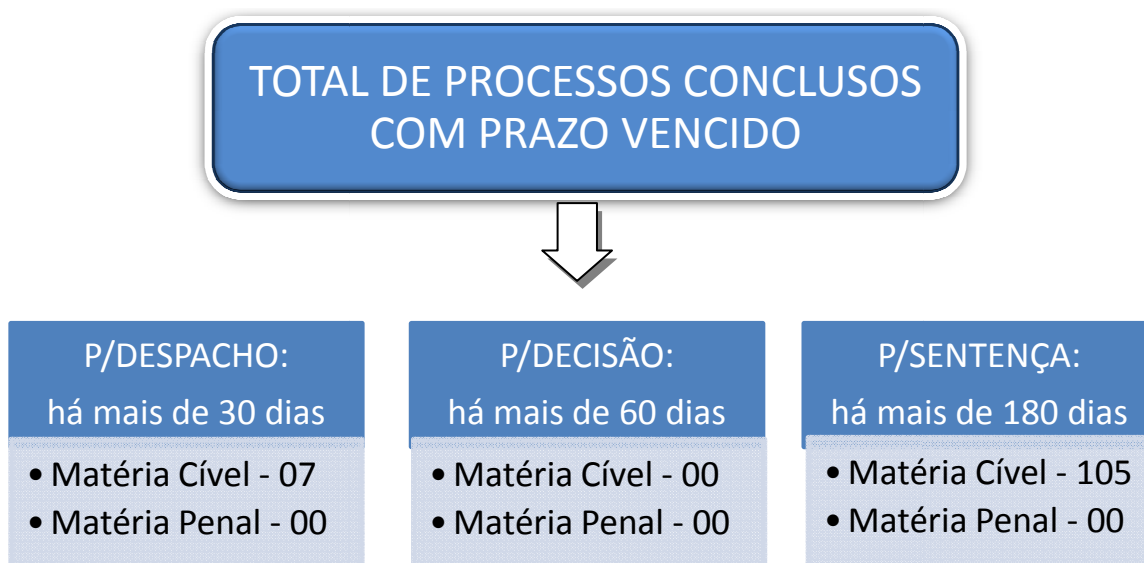
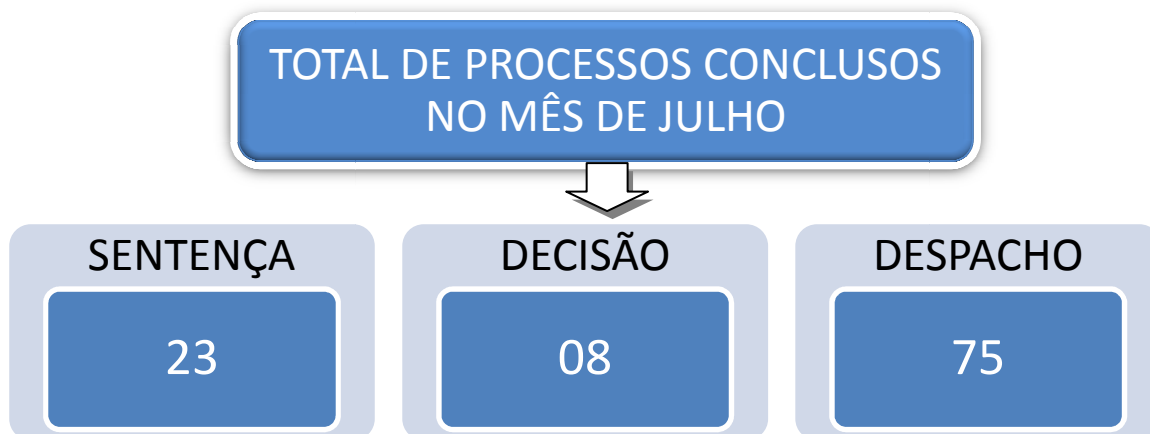


- **ANÁLISE DAS INICIAIS:**
- **Processos Distribuídos/despacho inicial - tempo- (semana/mês)**
- **Em análise por amostragem foi verificado ser a média de 21,31 dias**
- O servidor Ricardo, do Gabinete, analisa, em 24 horas, as iniciais ordinárias, sumárias e mandados de segurança, e, imediatamente, realiza o saneamento do processo e concede ou denega tutelas antecipadas e liminares. Cabe à servidora Marilene a análise das iniciais referentes às ações monitórias, execução extrajudicial, protesto e cartas (precatórias, de ordem e rogatórias).

ESCANINHOS PARA AS INICIAIS



Inexistem locais virtuais destinados às iniciais.



PARADOS:

De acordo com o mapa de Parados extraído do Apolo em 15/8/13, existem 47 processos parados há mais de 30 dias, destes 37 parados em um prazo superior há 60 dias.

Do total de 47 processos parados, 24 são de final par e 23 de final ímpar.

Destacam-se os seguintes processos cíveis parados há mais tempo por classe:

CLASSE 1005 ((ordinárias/outras): verificou-se que há uma maior quantidade de parados de ações da classe 1005, atingindo o número de 12 processos, sendo o mais antigo de nº 00303382419964025102 (parado há 142 dias), objeto de consulta na correição presencial, com despacho de 28/1/13 intimando os autores para cumprir o despacho de fl. 703. Verificou-se, todavia, movimentação cartorária distribuindo diligência ao oficial de justiça em 14/8/13, dando seguimento à certidão negativa do mandado de intimação datado de 19/3/13. Desta mesma classe, foi consultado o processo de nº 02001803119984025102 (parado há 108 dias), baixado em 15/08/13. O processo de nº 00041691420074025102 (parado há 105 dias), encontra-se desde 2/5/13 aguardando resposta de ofício à CEF para apresentar extratos bancários. O processo de nº 00314867019964025102 (parado há 78 dias), teve conclusão aberta no dia 16/8/13. O processo de nº 00842443119934025102 (parado há 99 dias), após ter uma precatória cumprida em 17/7/13, encontra-se com movimentação cartorária de 17/7/13, aguardando baixa. O processo nº 01150386919924025102 (parado há 100 dias), teve o mandado de intimação positivo juntado em 9/5/13 para expedição de RPV e não obteve andamento desde então.

CLASSE 1004 (ordinária/imóveis): há três processos parados desta classe, sendo o mais antigo de nº 00026037420004025102 (parado há 115 dias) teve em 24/4/13 despacho publicado determinando restauração da distribuição, deferindo a extração de cópias e após o arquivamento, com baixa na distribuição, contendo como última movimentação cartorária “ag. Baixa 3” em 19/7/13. O processo de nº 00033034020064025102 (parado há 101 dias), teve despacho publicado em 25/3/13 e encontra-se desde 6/5/13 com localização interna “ag.resp. ofício” enviado ao RGI. O processo de nº 00172798320074025101 (parado há 76 dias) obteve regular andamento, com conclusão lançada no sistema em 16/8/13.

CLASSE 5013 (ação monitória): há quatro processos parados desta classe, sendo o mais antigo o de nº 00001318020124025102 (parado há 136 dias) obteve regular andamento pois em 20/8/13 foi expedido mandado/ofício, de acordo com o despacho exarado em 27/11/12.

CLASSE 1002 (ordinária/previdenciária): há um processo desta classe parado há 85 dias, de nº 00033615320074025152, após expedição de alvará de levantamento disponível à autora em 17/5/13, encontra-se com movimentação cartorária de 15/8/13 no escaninho “baixados-ag. Levant. Alvará 3”.

CLASSE 1003 (ordinária/servidores públicos): há 4 processos parados desta classe, sendo o mais antigo o de nº 00065361120074025102, com sentença publicada em 14/5/13, constando último andamento que os autos foram remetidos para AGU a contar de 26/8/13.

**PROCESSOS PARADOS ENTRE 121 E
180 DIAS:**



00009155720124025102 (121 dias)
00056288020094025102 (133 dias)
00020082620104025102 (133 dias)
00001318020124025102 (136 dias)
00303382419964025102 (142 dias)

**LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Viviane M. Nielsen**

DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (Físicos e virtuais)



VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS

Processos no prazo para o autor (processos físicos): 30 escaninhos.

Durante a correição foi feita a revisão em todos os escaninhos do prazo, que, após conclusão, começaram a ser despachados.

Processos com prazo de intimação pessoal (3 escaninhos).

Aguardando a revisão mensal.

Processos com prazo do artigo 475-J (2 escaninhos)

Aguardando a revisão mensal

Análise dos processos remetidos (Mapa do sistema Apolo).
Constato-se, em 15/08/2013, na análise dos mapas referentes a processos remetidos ao autor, que a Vara só intima para devolução dos autos, quando o prazo de dias vencidos ultrapassa 100 dias.

Recomenda-se, todavia, nos termos do Provimento nº 05, de 17/02/2011, que **o prazo máximo**, para que os feitos permaneçam sem movimentação/ fora da secretaria, seja de trinta dias. Neste sentido, devem merecer atenção especial os seguintes processos: 0012625-48.2010.4.02.5101; 0006423-04.2000.4.02.5102; 0006141-29.2001.4.02.5102; 0001440-59.2000.4.02.5102; 0205939-39.1999.4.02.5102; 0033350-46.1996.4.02.5102; 0208186-90.1999.4.02.5102; 0034670-05.1994.4.02.5102; 0032249-42.1994.4.02.5102; 0000406-20.2005.4.02.5102; 0045789-55.1997.4.02.5102; 0057545-71.1991.4.02.5102 0081460-81.1993.4.02.5102, todos com vistas para o autor, com prazo superior a 30 dias

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Astrid Person de Mattos Villas-Bôas

TOTAL DE PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA EM 15/08/2013:

38

00 - segredo
absoluto

38 - segredo do
sistema

00 - segredo de
peças

- Em 15/08/2013 constavam 08 processos de Matéria Cível tramitando em Segredo de Justiça, sendo 07 físicos e 01 eletrônico, foram analisados 06 processos e constatou-se que todos estavam de acordo com as normas vigentes. Não foram verificados os processos nº 0000196-17.2008.4.02.5102, com carga para o TRF e 0003167-38.2009.4.02.5102, com carga para Caixa Econômica Federal.
- Na mesma data (15/08/2013), observa-se que havia 30 processos de natureza Penal tramitando em Segredo de Justiça (todos do tipo Segredo de Sistema), e embora grande parte dos processos relativos a esse item estivessem com carga para o MPF, foram analisados por amostragem 5 processos, a seguir elencados, nos quais não se identificou nenhuma irregularidade, eis que todos eles possuem a informação de Segredo de Justiça no sistema Apolo, etiqueta na capa dos autos e determinação judicial para tanto. Vejamos o número dos processos criminais pesquisados por amostragem: 0000539-13.2008.4.02.5102, 2013.5102.008295-6, 2012.51.02.005131-1, 0004847-53.2012.4.02.5102, 2012.51.02.001215-9.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Guilherme de Queiroz Vieira e Terezinha de J. P. de Faria

PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES (Mapa de
15/08/2013)

- TOTAL de processos publicados: **2.247**
- TOTAL de boletins: **130**

MÉDIA
PROCESSOS/BOLETINS:

- **17,28** PROCESSOS

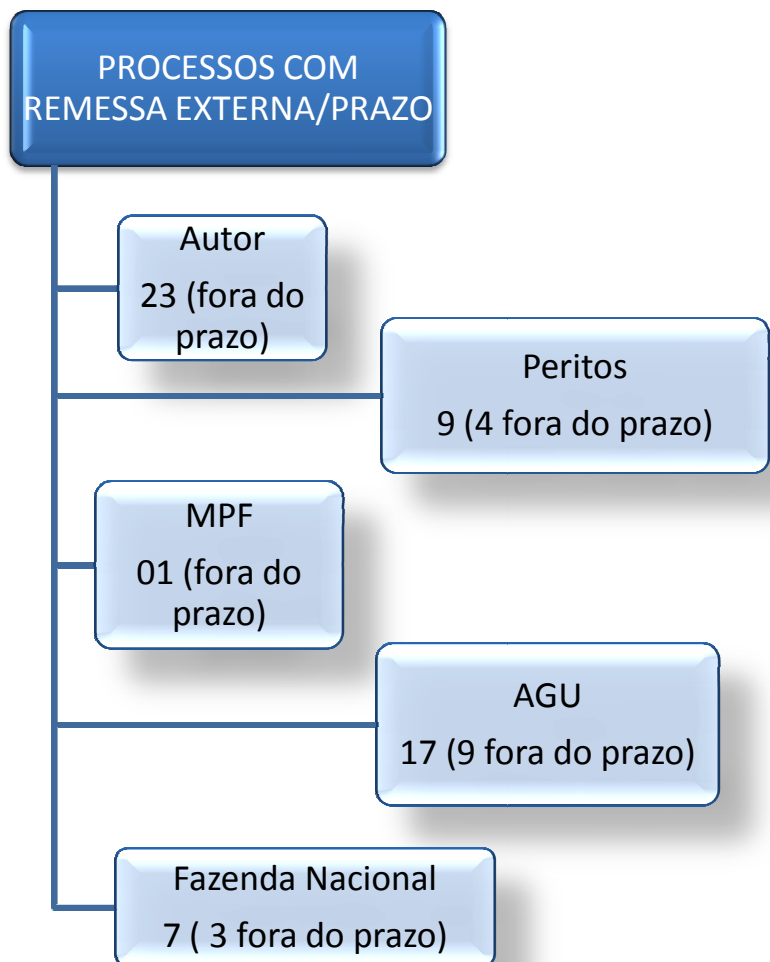
TEMPO MÉDIO DE
DIAS/PUBLICAÇÃO:

- **6.06** DIAS

PROCESSOS COM REMESSA INTERNA/PRAZO (em 15/08/13)

Contadoria
00

Distribuição
00



LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Viviane M. Nielsen

SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS

NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS SUSPENSOS: 541	
CÍVEIS - 460	CRIMINAIS - 81

DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Presente em todos os processos analisados, por amostragem

RAZÃO DA SUSPENSÃO

- Repercussão geral- 25
- Aguardando decisão de instância superior - 182
- Art. 366, CPP - 09
- Art. 89, Lei 9.099/95 - 44
- Cumprimento Precatório/RPV - 38
- Embargos à execução - 128
- Outros - 101

SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS

LOCALIZAÇÃO PROCESSOS SUSPENSOS

Físicos - Em estantes próprias, separados e identificados em razão das causas de suspensão;

Eletrônicos - Local Virtual "Processos Suspensos" - em 26/08/2013, às 17:12 h - 59 processos.

Processos suspensos em matéria cível: em 14/08/2013: 460

a) Suspensos por determinação judicial

Foram examinados 10 processos, todos com processamento regular.

Devem merecer atenção os seguintes processos:

0010896871987.4.02.5102, apenso à ação ordinária nº 87.0010813-8;

0032540521988.4.02.5102, apenso ao processo nº 2000.51.02.005369-0

b) Suspensos aguardando decisão na ACP nº 0001657-24-2008.4.02.5102 (2008.51.02.001657-5)

Foram examinados 18 processos, todos com processamento regular.

c) Aguardando julgamento de agravo (10 escaninhos)

Foram examinados os processos existentes em 3 escaninhos, encontrando-se todos com processamento regular.

Devem ser observados os seguintes processos: 2010.51.02.00.1840-2; 0046518-81.1997.4.02.5102; 0001150-24.2012.4.02.5102; 2002.51.02.005152-4.

Processos virtuais, aguardando julgamento de agravo:

Nominação: prazo; em 22/08, encontrou-se 170 processos, sendo o mais antigo com data de 01/07.

Mensalmente, é feita a revisão do prazo.

Deve ser verificado o seguinte processo: 2012.51.02.000440-0.

d) Aguardando retorno de embargos à execução (8 escaninhos)

Foram examinados os processos existentes em 3 escaninhos.

Devem merecer atenção os seguintes processos: 2001.51.02.006140-9 (escaninho 4); 200051.02.004248-4 (escaninho 6); 2000.51.02.004248-4 (escaninho 3).

e) Aguardando embargos eletrônicos (5 escaninhos).

Foram examinados os processos existentes em 2 escaninhos.

Devem merecer atenção especial os seguintes processos: 2011.51.02.007181-0; 0141579-76.1991.4.02.5102; 0004403-20.2012.4.02.5102 e 2012.51.02.004403-3 (AT 34) e 95.0052512-7; 94.0031777-8 (embargos eletrônicos); 2000.51.02.001808-1 (AT nº 35)

Destaque-se a sistemática utilizada pela Vara com relação aos embargos à execução, que são processados eletronicamente até o final, quando, após o trânsito em julgado, junta-se cópia da sentença e dos cálculos, aos autos principais, prosseguindo-se na execução nestes autos.

A sistemática adotada evita a digitalização dos autos principais, quase sempre volumosos, contribuindo com a celeridade processual e economia de gastos.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -

Astrid Person de Mattos Villas-Bôas

SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CRIMINAIS

LOCALIZAÇÃO PROCESSOS SUSPENSOS

Suspensão condicional do processo: Lei 9.099/95

Há 42 processos com suspensão condicional (Lei 9.099/95).

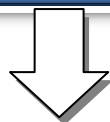
Foram examinados 17 processos e 10 Cartas Precatórias, todos com regular processamento.

Em relação aos processos criminais com suspensão pelo artigo 366 do CPP, foram verificados, por amostragem, os processos número 2010.51.02.003189-3 e 2011.51.02.000903-0 e não foi constatada nenhuma irregularidade no seu processamento. Não obstante, vale destacar que há controle de prescrição penal nos mesmos.

Sugestão: apor, na capas dos autos, etiqueta contendo as principais informações a respeito da decisão que suspendeu o processo, tais como: data da audiência de suspensão; fls.; início do cumprimento; prazo de cumprimento; condições de comparecimento; pena pecuniária; datas de comparecimento.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Astrid Person de Mattos Villas-Bôas e Guilherme de Queiroz Vieira

PROCESSOS FÍSICOS EM SECRETARIA
VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE
ESCANINHOS DE PROCESSOS FÍSICOS
DIVERSOS - EM 22/08/2013



- **Processos físicos, em fase de perícia:**
- Foram analisados todos os processos, constatando-se que se encontram em fase de pagamento parcelado de honorários periciais, destacando-se os seguintes feitos que demandam atenção especial, eis que, os parcelamentos deixaram de ser efetuados: 99.0204300-3; 97.0040454-4; 2000.50.02.001356-3; 96.0032398-4.
- **Observações:**
- **Os processos com prioridade legal** encontram-se identificados, porém, não localizados em separado dos demais, em escaninhos próprios, o que certamente contribuiria com a celeridade processual que lhes é atribuída.
- **Os processos em fase de execução** não estão separados dos demais na fase de conhecimento.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Astrid Person de Mattos Villas-Bôas

RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS LOCAIS VIRTUAIS/DOCUMENTOS

- Mesa Dr. Leopoldo
- Conclusos para Despacho
- Despachos assinados
- Conclusos para Sentença
- Sentenças assinadas
- Expedientes para o Dr. Leopoldo assinar
- Expedientes assinados
- Ao p/ Diretor Assinar
- Balcão de Entrada
- Exp. Mad/Of/CP/Edital
- Ag. Devol. Mandado/C.Prec/Ag. resp. Ofício
- Processos suspensos

BALCÃO DE ENTRADA

06 DOCUMENTOS

Sendo o mais antigo de
16/05/2013, ref. processo nº
0006560-39.2007.4.02.5102 -
MAN.0103.001375-2/2010

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -

Terezinha de J. P. de Faria

SENTENÇAS

Sentenças

Segundo informações, 95% dos processos conclusos para sentença são eletrônicos, inexistindo pasta de sentenças.

Os feitos, antes da conclusão para sentença, são direcionados ao local virtual: análise para sentença, e, após análise, são localizados nos seguintes locais: conclusos para sentença padrão; conclusos para sentença não padronizada.

Em 23/08/2013 constatou-se haver 98 processos conclusos para sentença padrão e 72 conclusos para sentença não padronizada.

No mapa de feitos sentenciados, levantamento de fevereiro de 2013 até julho de 2013, constatou-se que muitos processos não continham a identificação quanto ao tipo de sentença/procedência ou improcedência do pedido.

Recomenda-se: o Gabinete deverá observar e cuidar para que essas informações não deixem de ser preenchidas quando da anotação das sentenças no sistema Apolo.

Os processos físicos, conclusos para sentença, cerca de dez, encontravam-se separados, segundo os critérios: prioridades legais, mais antigos e meta 2. Em 23/08, havia um único processo da meta 2, concluso para sentença.

PROCESSOS CONCLUSOS P/SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 105



- Por amostragem foram selecionados os processos conclusos há mais tempo:
- 1)00007582120114025102 - Classe 6002 (ação popular) - Concluído para sentença: 03/11/2011, Sentença assinada em 23/08/2013 – Intimação em 27/08/2013;
- 2)00020322020114025102 - Classe 12001 (embargos à execução) - Concluído para sentença: 03/11/2011;
- 3)00022833820114025102 - Classe 12001 - Concluído para sentença: 09/01/2012;
- 4)00014086820114025102 - Classe 1004 (ord/imóveis) - Concluído para sentença: 23/02/2012;
- 5)00019658920104025102 - Classe 1004 - Concluído para sentença: 08/02/2012.

**CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
(Preferências legais)**

Os processos com prioridade são identificados e retirados das mesas físicas e virtuais para análise imediata.

**LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS
PROCESSOS NO GABINETE**

Físicos: conclusos para sentença: localizados no gabinete dos juízes
Virtuais: há apenas um local denominado "CONCLUSO PARA SENTENÇA"

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Astrid Person de Mattos Villas-Bôas

EXECUÇÃO (01/01 a 31/07/2013)

FASE 18

295 PROCESSOS
EM 15/08/2013

RPV e PRECATÓRIO
FÍSICOS

RPV e PRECATÓRIO
VIRTUAIS

Constavam, em
22/08/2013:
55 ofícios requisitórios
cadastrados e 20
conferidos,
16 precatórios cadastrados
e 13 conferidos

Não foi localizado local
virtual destinado a este
fim

RPVs	PRECATÓRIOS (parcela única)	PRECATÓRIOS PARCELADOS
<ul style="list-style-type: none"> • 100 cadastrados • 51 enviados 	<ul style="list-style-type: none"> • 59 cadastrados • 36 enviados 	<ul style="list-style-type: none"> • ZERO

E REQUISIÇÕES: 159
ENVIADAS: 87

Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 1.370 dias

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -

LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS - CÍVEIS E CRIMINAIS (ART. 147/151 CNCG)

Livros e Pastas obrigatórios, cíveis e criminais (art. 147/151 CNCG).

Cíveis:

1) Livro de entrega de autos às partes, sem traslado.

Termo de encerramento a ser preenchido.

2) Livro de Ponto

Ausentes os Termos de Abertura e Encerramento.

3) Livro de entrega de autos: ao leiloeiro e aos peritos

Ausentes os Termos de Abertura e Encerramento.

4) Livro de Reclamações

Termo de encerramento a ser preenchido.

5) Livro de carga ao MPF

Termo de Encerramento a ser preenchido.

Cargas em aberto, à fls. 1v; 4v; 6; 16v; 23v; 27v; 33v; 43; 36v; 37v; 41; 41v; 43; 43v; 45v e 48.

6) Livro de carga à Defensoria Pública da União

Termo de encerramento a ser preenchido.

Carga em aberto à fls. 8.

7) Livro de carga à CEF

Termo de encerramento a ser preenchido.

Cargas em aberto à fls. 4v; 9; 10; 63v; 69; 71; 72; 107; 117; 127v; 128v; 133v; 143v; 144; 154; 155; 156; 156v; 157v.

8) Livro de carga a advogados.

Termo de Encerramento a ser preenchido.

Cargas em aberto à fls. 96; 98; 101; 102; 103; 104; 105; 108; 118; 123; 124; 125; 125v; 126v; 133v; 134; 136; 137v; 138; 138v; 139; 140; 141; 142; 143v; 144v; 145v; 147; 147v.

9) Pasta de Atos do Plantão.

Documentação em ordem, porém, ausentes os Termos de Abertura e Encerramento.

10) Pasta de Relatórios de Inspeções (2007 até 2013)

Documentação em ordem, porém ausentes os Termos de Abertura e Encerramento.

11) Pasta de guias de remessa ao Correio

Ausentes os Termos de Abertura e Encerramento.

12) Pasta de guias de remessa à contadoria

Ausentes os Termos de Abertura e Encerramento.

13) Pasta de guias de remessa ao setor de distribuição

Ausentes os Termos de Abertura e Encerramento.

Criminais:

1) Livro de vistas a advogados e peritos.

Termo de Encerramento a ser preenchido.

Cargas em aberto à fls. 45 v; 53 e 53v.

2) Pasta de Guias de remessa ao MPF.

Ausentes os Termos de Abertura e Encerramento.

3) Pasta de suspensão condicional do processo. (Lei 9.099/95)

Ausentes os Termos de Abertura e Encerramento.

Não há subpastas para cada um dos réus que se encontram com o processo suspenso.

Há uma listagem, com informações, de todos os 42 réus: nome, nº do processo, data do início da suspensão; data do término; observação; comparecimento (indicação dos meses – início em abril de 2011 e término em fevereiro de 2015).

Sugestão: A listagem, que contém 39 linhas, deve ser refeita, em até 20 linhas, eis que, a atual encontra-se bastante precária, com anotações muito antigas, rabiscadas e feitas em espaço muito estreito, o que dificulta a leitura das informações e o próprio acompanhamento dos termos estabelecidos na suspensão condicional do processo.

4) Pasta de termos de comparecimento anual.

Documentos em ordem, todavia, ausentes os Termos de Abertura e Encerramento.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -

Astrid Person de Mattos Villas-Bôas

ESPAÇO FÍSICO

O espaço físico da Vara, Gabinetes e Sala de Audiências, é bem espaçoso estando o mobiliário disposto de forma adequada, permitindo boa mobilidade aos servidores. Na Secretaria, o espaço, de extensão contínua, é bastante amplo, permitindo que as pessoas nele circulem sem dificuldades.

O mobiliário encontra-se bem distribuído, com escaninhos encostados em algumas paredes, e, em outras, algumas mesas com computadores, o que possibilita sejam utilizados por diferentes servidores. A mesa do Diretor da Secretaria está bem localizada, permitindo a visibilidade total da Secretaria.

Recomenda-se, com relação à Secretaria, que algumas estantes sejam arrumadas, pois visualiza-se uma série de caixas, pastas, sacolas e material fora de uso, junto aos processos em andamento, fato deixa passar uma ideia de desorganização, que nem sempre traduz a realidade.

Recomenda-se, outrossim, que os escaninhos sejam renominados, eis que, a indicação abreviada da finalidade dificulta a compreensão, para os que não participam do dia-a-dia dos trabalhos. Por outro lado, as nomenclaturas existentes estão deterioradas pelo tempo.

Os processos criminais encontram-se localizados em espaço separado da Secretaria, em armários fechados e escaninhos, organizados e identificados. Embora pequeno o espaço, o mobiliário está bem distribuído, e nele trabalham a supervisora e as estagiárias.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -

Astrid Person de Mattos Villas-Bôas

METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO

- * Em três meses: encerrar a instrução e julgar os processos da "meta 2", de improbidade administrativa e de "meta 18" (crimes contra a administração pública, distribuídos até 2011);
- * Em seis meses: julgar os MS, Ações populares, Improbidades Administrativas, ACPs, processos com réu preso, Ações fundiárias concluídas para sentença até o encerramento da auto-inspeção (02/08/2013);
- * Em um ano: encerrar a instrução dos processos de MS, Ações populares, Improbidades Administrativas, ACPs, processos com réu preso, Ações fundiárias concluídas para sentença até o encerramento da auto-inspeção (02/08/2013) .

Destaque-se a boa acolhida por parte do Exmo. Juiz, do Diretor de Secretaria e dos demais servidores lotados no juízo, atendendo com gentileza, profissionalismo, educação e presteza a todas as solicitações, criando um ambiente tranquilo e agradável para a realização dos trabalhos correicionais.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR

Astrid Person de
Mattos Villas-Bôas
Mat. 11.820

Guilherme de
Queiroz Vieira
Mat. 15.447

Terezinha de J. P. de Faria
Mat. 11.532

Viviane Mattos Nielsen
Mat. 15.773